



Política

Movimentos sociais no segundo mandato

13/11/2006 18:20:48

Em entrevista a Miriam Leitão (*O Globo*), o governador reeleito de Minas Gerais, Aécio Neves, disse que o calendário dos jornalistas é diferente do calendário normal. Para os jornalistas, 2010 viria logo depois de 2006, numa referência à antecipação da disputa presidencial que acontece daqui a quatro anos.

É um claro despiste. Aécio Neves, que já está em campanha aberta para presidente da República, quer fazer crer que as coisas não são bem assim. Não cola.

Mas não são apenas os jornalistas e candidatos como Serra e Aécio que estão antecipando a campanha. Os movimentos sociais também estão muito preocupados com as próximas eleições. Sobretudo, pelo fato de poderem ser desalojados do poder caso Lula não eleja seu sucessor.

O fato de Lula não ter candidato forte gera, por parte dos movimentos, três ações críticas e com repercussões políticas, econômicas e sociais.

Uma na direção da pressão por de recursos públicos visando o fortalecimento político e institucional de quem os obtém. Existe uma profusão de convênios e transferências de verbas públicas, sem a devida fiscalização, para sindicatos, ONGs, associações de natureza diversa etc. Tal prática foi inaugurada por FHC como forma de domar a sociedade organizada. Lula apenas aprofundou tal prática e ampliou, sobremaneira, os gastos.

A segunda ação ocorre no sentido do aparelhamento do estado com aliados e agentes. Tanto pela nomeação para cargos de confiança quanto pelo estímulo e apoio para que aliados concorram a cargos públicos. Setores do MST, por exemplo, financiam cursos universitários e cursos preparatórios para que seus militantes ingressem no serviço público. O sucesso dessa operação permitir á que aliados e simpatizantes permaneçam no governo mesmo que o PT não eleja o sucessor de Lula.

A terceira busca a viabilização de um candidato aliado. De preferência, alguém ligado ao PT. É a tarefa mais difícil. O PT tem muitos candidatos e, ao mesmo tempo, nenhum. O entorno político de Lula tem em Ciro Gomes, considerado pouco confiável até mesmo para o PSB, um possível candidato. Aécio Neves não é considerado confiável para as esquerdas.

Por esta razão, os movimentos sociais se articulam para arrancar de Lula o máximo que eles puderem nos próximos quatro anos e, simultaneamente, tentar eleger alguém considerado amigo.

No primeiro mandato, Lula disse: “Voltem para casa e me julguem depois”. Agora será diferente. E as pressões já começaram. Se juntarão aos que defendem mais gastos do governo. A conta do apoio e do silêncio na campanha será cobrada.

A CUT, a Força Sindical e a CGT pressionam por um salário mínimo de R\$ 420,00 e reajuste de 7,7% da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Orçamento da União projetava um mínimo de R\$ 365 e o governo já fala em R\$ 375.

Os movimentos sociais também preparam suas listas de reivindicações. O MST, por exemplo, pressiona por uma ampla reforma agrária e apoio financeiro aos assentados e já anunciou que retomará as invasões de terra.

Em seu primeiro discurso como presidente eleito, o presidente deu a senha: “Continuem pedindo tudo o que vocês acham que merecem que o governo dará aquilo que puder dar”.

Ou seja, além de esperar uma cobrança maior em seu segundo mandato, Lula estimula os pedidos. A gestão dessa operação é de alto risco e pode ter custos elevados. Atendendo plenamente, Lula compromete a política fiscal. Negando, pode criar atritos e tensão. A sorte do Brasil é que apenas Lula, e não mais ninguém, pode dialogar com todas as forças e interesses.

Murillo de Aragão*

* 46, mestre em Ciência Política e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Presidente da Arko Advice – Análise Política e consultor internacional. Colunista da revista Imprensa, autor do livro "Grupos de Pressão no congresso Nacional" (São Paulo, Maltese, 1994), co-autor de "Engaging Countries" (Boston, MIT Press, 1998), ex-professor da UnB e professor visitante da Universidade Austral (Buenos Aires).